

Boletim Setorial Bancário e Financeiro

Nº 58 de fevereiro de 2026



Sumário

1. Legislação e Regulação

Crédito consignado - Descontos - Disposições..... 3

Fundo garantidor de créditos - Estatuto e Regulamento -
Governança e proteção aos depositantes - Disposições 3

2. Temas em Destaque

Declaração Periódica Quinquenal de Capitais Estrangeiros - BACEN
..... 4

Área técnica da CVM orienta sobre alavancagem em Fundos de
Investimento Financeiro 4

Portabilidade de crédito poderá ser feita pelo Open Finance 5

*Este material é elaborado pelo time de **Direito Bancário e Financeiro** em parceria com a Biblioteca do Tortoro, Madureira e Ragazzi Advogados. Seu conteúdo tem caráter informativo, não constituindo a opinião legal do escritório.*

1. Legislação e Regulação

Crédito consignado - Descontos - Disposições

O Presidente da República sancionou a Lei nº 15.327, de 06 de janeiro de 2026, que veda descontos relativos a mensalidades associativas e referente a pagamento de crédito consignado em benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Ainda estabelece busca ativa a beneficiários lesados em decorrência de descontos indevidos e prevê o seu ressarcimento.

Também altera o Decreto-Lei nº 3.240, de 8 de maio de 1941, para disciplinar o sequestro de bens por crimes que envolvam descontos indevidos nos benefícios do INSS.

Por fim, altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar a proteção de dados pessoais, e as

Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 12.213, de 20 de janeiro de 2010.

Publicada no Diário Oficial da União em 07.01.2026, a íntegra pode ser acessada [aqui](#)

Fundo garantidor de créditos - Estatuto e Regulamento - Governança e proteção aos depositantes - Disposições

O Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução nº 5.279, de 22 de janeiro de 2026, que altera os Anexos I e II da Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013, que tratam, respectivamente, do Estatuto e do Regulamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), para introduzir aperfeiçoamentos na governança do FGC e na proteção aos depositantes.

Publicada no Diário Oficial da União em 23.01.2026, a íntegra pode ser acessada [aqui](#)

2. Temas em Destaque

Declaração Periódica Quinquenal de Capitais Estrangeiros - BACEN

Por Marcella de Souza e Castro Fontana

As sociedades brasileiras que possuem investimento estrangeiro direto em seu capital social devem observar a obrigatoriedade de apresentação da Declaração Periódica Quinquenal de Capitais Estrangeiros ao Banco Central do Brasil (BACEN), referente à data-base de 31 de dezembro de 2025.

A declaração deve ser transmitida no período de 1º de janeiro de 2026 até 31 de março de 2026 e é exigida das sociedades sediadas no Brasil que, cumulativamente:

- (i) possuam participação direta de investidores estrangeiros em seu capital social; e
- (ii) apresentem ativos totais iguais ou superiores a R\$100.000,00 na data-base indicada.

Trata-se de obrigação periódica aplicável aos anos-calendário terminados em 0 ou 5, integrando o chamado Censo de Capitais Estrangeiros no País. O descumprimento da obrigação, bem como o envio fora do prazo ou com informações incorretas ou incompletas, pode ensejar a aplicação de multas e demais penalidades administrativas, nos termos da regulamentação do BACEN.

Área técnica da CVM orienta sobre alavancagem em Fundos de Investimento Financeiro

A Superintendência de Supervisão de Investidores Institucionais (SIN) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publica em 19/1/2026, o Ofício Circular CVM/SIN 1/2026. O objetivo é divulgar a interpretação da área técnica a respeito da correta aplicação e interpretação do disposto no § 3º do artigo 73 do Anexo Normativo I da Resolução CVM 175. A SIN elaborou este documento devido a dúvidas trazidas por administradores e gestores de FIFs a respeito do dispositivo, se

limitando aos fundos dedicados ao público geral e apenas para operações realizadas com o objetivo de alavancagem da carteira do fundo.

O uso de derivativos como componente da estratégia de um fundo de investimentos pode ter três grandes objetivos principais e mutuamente excludentes:

- **o de hedge** (visa anular ou reduzir exposições detidas à vista pelo fundo);
- **o de apostas direcionais em determinados fatores de risco** (todas as demais modalidades de uso de derivativos, incluindo aquelas que gerem uma exposição de natureza diversa daquelas já existentes na carteira do fundo); ou
- **o de alavancagem** (objetivo de ampliar os riscos de alguma posição detida à vista pela carteira do fundo).

A limitação para "cobertura ou margem de garantia em mercado organizado", como previsto no normativo, somente deve ser

aplicada para operações de alavancagem com esses derivativos.

Acesse o **Ofício Circular CVM/SIN 1/2026**.

CVM em 19.01.2026.

Portabilidade de crédito poderá ser feita pelo Open Finance

Cada vez mais utilizado pela sociedade brasileira, o Open Finance continua em seu processo de evolução contínua. Recentemente, o Banco Central (BC) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicaram a Resolução Conjunta 15 e a Resolução CMN 5.265/2025, que tratam da portabilidade de operações de crédito no âmbito desse ecossistema. As normas mantêm o processo atualmente vigente da portabilidade de crédito realizado por meio de sistema eletrônico para a troca de informações – que é regulado pela Resolução CMN 5.057, de 2022. A novidade é que os usuários do sistema financeiro vão contar com uma nova alternativa para a portabilidade de operações de crédito, que, agora, também

poderá ser feita por meio do Open Finance.

A portabilidade de crédito por meio do Open Finance trará maior eficácia no acesso e na troca das informações, que poderão ser compartilhadas de forma segura, ágil, padronizada e digital, eliminando assimetrias de informação e barreiras operacionais e propiciando um processo automatizado e mais eficiente. Ao mesmo tempo, essa modalidade entregará melhor experiência para o cliente, pois a jornada passa a ser totalmente digital, iniciada pelo cliente a partir do seu *smartphone* e sem necessidade de juntar documentos ou se deslocar para agências e postos de atendimento.

O processo também se torna mais transparente, uma vez que os clientes poderão acompanhar o andamento do pedido pelo aplicativo da sua instituição.

"O Open Finance tem crescido de forma relevante e está prestando ótimos serviços para a população, promovendo competitividade no Sistema Financeiro Nacional (SFN) de forma simples e eficaz. Agora, trazemos para dentro do sistema o serviço de portabilidade de crédito, o que aumenta as

alternativas para os clientes interessados nessa possibilidade", disse Gilneu Vivan, Diretor de Regulação do BC.

O diretor lembrou que a jornada digital ao longo de todo o ciclo da portabilidade é de suma importância, pois pode mitigar eventuais erros que possam surgir durante o processo, como de preenchimento de informações, por exemplo, e que acabam inviabilizando a portabilidade de uma operação de crédito.

"Ao mesmo tempo, nós reduzimos o prazo para a portabilidade de operações de crédito via Open Finance para três dias úteis", completou Vivan.

Implementação

No primeiro momento, o serviço de portabilidade de crédito pelo Open Finance que estará disponível para o público será o de crédito pessoal sem garantia e sem consignação. Em testes, ele poderá ser usado a partir de fevereiro de 2026.

Na sequência, o BC começará a discutir a portabilidade de crédito consignado, inicialmente ao servidor público federal. A

previsão é que ela esteja disponível em novembro de 2026.

Na sequência, serão estudadas as disponibilizações, via Open

Finance, das demais modalidades de crédito.

BCB em 05.01.2026.

Sócios Responsáveis



Arnaldo Rodrigues Neto
arneto@tortoromr.com.br



Caio Medici Madureira
cmadureira@tortoromr.com.br



Carlos Augusto Tortoro Júnior
ctortoro@tortoromr.com.br



Frederico Augusto Veiga
fveiga@tortomr.com.br.com.br